

FHC DEFINE HOJE O PACOTE



Regina Alvarez
e Lydia Medeiros
Da equipe do *Correio*

O suspense está chegando ao fim. O esperado pacote com as medidas de arrocho fiscal para 1999 será apresentado hoje ao presidente Fernando Henrique pela equipe econômica, mas a divulgação dos cortes no orçamento e do aumento de impostos ainda pode demorar uns dias. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, gostaria que o presidente anunciasse já na reunião de líderes partidários, marcada para amanhã, um esboço das medidas, para acalmar os investidores internacionais, enquanto os próprios líderes e os ministros que estão em campanha defendem o adiamento desse anúncio para a próxima semana, após o segundo turno das eleições.

O presidente vai receber hoje as metas do programa trienal de ajuste fiscal e um cardápio de medidas necessárias para que em 1999 o governo possa obter uma receita extra de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB), entre R\$ 20 bilhões e R\$ 25 bilhões. Este é compromisso assumido com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em troca de um acordo que viabilizará a liberação de um empréstimo em torno de US\$ 30 bilhões para ser usado no caso de o País ter dificuldades para fechar suas contas externas no ano que vem.

As metas de superávit primário para 2000 e 2001 vão constar do programa fiscal anunciado pelo governo, mas não são objeto da negociação com o Fundo, que concentrou suas exigências no ajuste do ano que vem por considerá-lo mais factível. O programa fiscal dos próximos três anos terá metas trimestrais para a execução do orçamento. Sempre que uma despesa superar os limites aprovados pelo Congresso será cancelada auto-

maticamente, num sistema semelhante ao adotado com sucesso nos Estados Unidos.

Para aumentar a receita, além da continuidade da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) com alíquota de 0,4%, o governo deve propor a criação de outros impostos. Está decidido que será eliminado o subsídio concedido ao Proálcool, que hoje representa um gasto de cerca de R\$ 1 bilhão ao ano para a Petrobras. A equipe deve propor o fim desse e de outros subsídios e incentivos regionais, como o da Zona

Franca de Manaus e do Norte e Nordeste.

Como são aguardadas medidas duras — aumento de impostos, cortes de despesas, controle de gastos — o governo teme reflexos na reta final das campanhas de seus aliados nos estados, com a exploração eleitoral da crise financeira. Por isso, o mais provável é que a conversa do presidente Fernando Henrique com os líderes dos partidos de sua base de apoio no Congresso sobre o pacote seja genérica, com o objetivo principal de avaliar que medidas teriam maior ou menor aceitação junto aos parlamentares. "Os governadores eleitos terão de participar das discussões para o ajuste. Divulgar as medidas antes da eleição pode ser um erro de procedimento. Toda cautela é aconselhável", defendeu o líder do PSDB, deputado Aécio Neves (MG).

Uma das novidades do pacote é um novo modelo de administração do orçamento da União que será colocado em prática a partir do próximo ano. Serão escolhidos gerentes para cada programa, nos moldes do que já acontece com os projetos do Brasil em Ação. O governo pretende aprovar um novo regime fiscal para os próximos três anos, encaminhando ao Congresso uma lei complementar — a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal — que vai impor limites aos gastos

O QUE PODE SER ANUNCIADO

CORTE DE GASTOS

O QUE ESTÁ DECIDIDO

Alto escalão — Quatrocentos cargos de confiança e funções gratificadas no governo serão eliminados, que podem resultar em economia de R\$ 225 milhões.

Funcionalismo estadual e municipal — Lei complementar que, se aprovada pelo Congresso, permitirá a demissão de servidores estáveis nos estados e municípios em que gastos com pessoal ultrapassam de 60% da arrecadação. No governo federal, o limite não é ultrapassado.

Gatilho — Gastos do governo federal, estados e municípios podem ser automaticamente bloqueados quando ultrapassarem o teto previsto no orçamento para determinado período. A proposta será enviada ao Congresso no projeto da nova Lei das Finanças Públicas.

MEDIDAS EM ESTUDO

Afastamento de servidores — Funcionários públicos federais seriam afastados mas continuariam recebendo salário — isso diminuiria, pelo menos, as despesas de custeio da máquina (água, luz, telefone, equipamentos).

Redução de subsídios — Incentivos fiscais setoriais (caso dos produtores de trigo) e regionais (caso da Zona Franca de Manaus). Uma parte disso poderá ser cortada.

Estados e municípios — Os repasses de recursos federais a estados e municípios podem ser reduzidos. A idéia do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que venceria em 1999, ampliando de 20% para até 40% a fatia de repasses que vai para o fundo facilitando o remanejamento de verbas do orçamento.

Aposentadoria de servidor — A segunda etapa da Reforma da Previdência, em 1999, pode reduzir o teto da aposentadoria de funcionários públicos.

AUMENTO DE RECEITAS

JÁ DECIDIDO

CPMF — Aumento de 50%, de 0,2% para 0,3% sobre cada operação financeira — na emissão de um cheque, por exemplo. Também deverá se transformar em imposto permanente, sem data para terminar e sem que os recursos sejam direcionados necessariamente à saúde. O Congresso precisa aprovar essa proposta.

Grandes fortunas — Os ricos deverão ser taxados não só sobre sua renda, mas também sobre o patrimônio que têm acumulado. O projeto de lei já tramita no Congresso.

EM ESTUDOS

Imposto de Renda — A alíquota de 27,5% está valendo até o próximo ano. O governo quer que o Congresso autorize sua manutenção até pelo menos o ano 2001.

Corte de subsídios — Subsídio de R\$ 1 bilhão ao Proálcool pago pela Petrobras deve ser cortado com indicação de nova fonte de receita para cobrir essa despesa.

do orçamento nas três esferas de poder — União, estados e municípios — e punições severas aos governantes que descumprirem esses limites.

Outra medida incluída no pacote fiscal é a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) até 2001 e ampliação das receitas desse fundo de 20% para 40% da arrecadação federal. O FEF permite, na prática, que o governo remaneje verbas dentro do orçamento, diminuindo a parcela de receitas vincu-

ladas e executando o que a equipe chama de "qualidade do gasto".

Os cortes no orçamento também devem ser apresentados ao presidente de forma genérica. A equipe econômica vai enviar ao Congresso uma nova proposta orçamentária para 1999, já com os cortes e adequada à conjuntura econômica. A primeira versão da lei previa crescimento de 4% do PIB no ano que vem. A nova proposta vai prever crescimento zero e uma inflação menor, próxima de 2%. Pela

versão original, a previsão era de inflação de 3,6% para 1999.

Pelo menos uma categoria de funcionários públicos não deve sofrer com os cortes: os fiscais da Receita Federal, que ameaçam retomar a greve de agosto caso não sejam contemplados com um reajuste médio de 15% e um novo plano de cargos e salários, prometidos pelo ministro Pedro Malan. "Estamos em alerta, aguardando o momento da divulgação das medidas. Se o projeto não for enviado, não

teremos outra saída senão a da greve", disse Nelson Pessuto, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais (Unafisco). O governo cedeu aos auditores para evitar uma nova greve. A paralisação prejudicou o resultado da balança comercial. A média das exportações caiu de um patamar de US\$ 200 milhões/dia para algo em torno de US\$ 20 milhões a US\$ 30 milhões.

■ Colaborou Liana Verdini